Decisão 18/CP.8

Diretrizes de elaboração das comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, parte I: diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais

A Conferência das Partes,

Lembrando as disposições pertinentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, especialmente o Artigo 4º, o Artigo 10, parágrafo 2º, e o Artigo 12,

Lembrando ainda suas decisões 3/CP.1 sobre a elaboração e a apresentação das comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, 4/CP.1 sobre questões metodológicas, 9/CP.2 sobre as comunicações das Partes incluídas no Anexo I da Convenção: diretrizes, cronograma e processo de análise, 11/CP.4 sobre as comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção e 3/CP.5 sobre as diretrizes de elaboração das comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, Parte I: diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais,

Reafirmando que as emissões antrópicas por fontes e as remoções antrópicas por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal devem ser relatadas de forma transparente, consistente, comparável, completa e acurada,

Observando que as diretrizes de elaboração das comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, Parte I: diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais, adotadas pela decisão 3/CP.5, precisam ser revisadas para melhorar a transparência, a consistência, a comparabilidade, a completude e a acurácia dos inventários nacionais de gases de efeito estufa relatados e de outras informações,

Observando ainda os aperfeiçoamentos que as Partes incluídas no Anexo I da Convenção fizeram ao fornecer inventários anuais de gases de efeito estufa completos e tempestivos,

Tendo considerado as recomendações pertinentes do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico,

1. *Adota* as diretrizes revisadas de elaboração das comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção, Parte I: diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais, contidas no anexo a esta decisão;

2. *Decide* que as Partes incluídas no Anexo I da Convenção devem utilizar estas diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais na elaboração dos inventários que devem ser apresentados até 15 de abril de cada ano, a partir do ano de 2004;

3. *Decide* que as Partes incluídas no Anexo I da Convenção devem usar as diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais, adotadas pela decisão 3/CP.5, na elaboração dos inventários que devem ser apresentados até 15 de abril de 2003;

4. *Solicita* ao Secretariado, dependendo da disponibilidade de recursos, que desenvolva até outubro de 2003 um novo software para a elaboração de relatórios no Formato Comum de Relato, contido no anexo a estas diretrizes para a elaboração dos inventários anuais, para facilitar as apresentações, pelas Partes, dos inventários a serem entregues até 15 de abril de 2004;

5. *Solicita* às Partes incluídas no Anexo I da Convenção que publiquem em seus *web sites* os inventários nacionais apresentados, que consistem do Relatório do Inventário Nacional e do Formato Comum de Relato, e informem ao Secretariado o endereço exato dessas publicações na *World Wide Web*;

6. *Solicita* ao Secretariado que publique em seu *web site* as apresentações oficiais dos inventários nacionais, que consistem do Relatório do Inventário Nacional e do Formato Comum de Relato, de todas as Partes incluídas no Anexo I da Convenção e publique também o endereço dos *web sites* das Partes em que essas publicações podem ser encontradas;

7. *Solicita* ao Secretariado que elabore um relatório avaliando as experiências com a implementação destas diretrizes, levando em conta, *inter alia*, a experiência adquirida pelas Partes incluídas no Anexo I da Convenção com o uso das diretrizes e pelo Secretariado com o processamento das informações relatadas pelas Partes incluídas no Anexo I da Convenção, para análise do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico em sua primeira sessão no ano de 2006.

8ª reunião plenária
1ª de novembro de 2002

ANEXO

DIRETRIZES DE ELABORAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES NACIONAIS DAS PARTES INCLUÍDAS NO ANEXO I DA CONVENÇÃO, PARTE I: DIRETRIZES DA CQNUMC PARA O RELATO DOS INVENTÁRIOS ANUAIS

A. Objetivos

1. Os objetivos das diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais são:
 - (a) Auxiliar as Partes incluídas no Anexo I da Convenção (Partes no Anexo I) a atender seus compromissos no âmbito dos Artigos 4^o e 12 da Convenção e prestar assistência às Partes no Anexo I do Protocolo de Quioto nos preparativos para atender os compromissos no âmbito dos Artigos 3^o, 5^o e 7^o do Protocolo de Quioto;
 - (b) Facilitar o processo de análise dos inventários anuais nacionais, inclusive a elaboração de documentação técnica de análise e síntese;
 - (c) Facilitar o processo de verificação, avaliação técnica e revisão das informações dos inventários por especialistas.

B. Princípios e definições

2. Os inventários nacionais de gases de efeito estufa, chamados doravante apenas de inventários, devem ser transparentes, consistentes, comparáveis, completos e acurados.
3. Os inventários devem ser elaborados com o uso de metodologias comparáveis acordadas pela Conferência das Partes (COP), conforme indicado no parágrafo 9^o abaixo.
4. No contexto destas diretrizes da CQNUMC para relato dos inventários anuais:

Transparência significa que as hipóteses e metodologias utilizadas na elaboração de um inventário devem ser claramente explicadas para facilitar a reprodução e a avaliação do inventário pelos usuários das informações relatadas. A transparência dos inventários é fundamental para o êxito do processo de comunicação e análise das informações;

Consistência significa que todos os elementos do inventário devem ser internamente consistentes com os dos inventários de anos anteriores. O inventário será consistente se as mesmas metodologias forem utilizadas para o ano de base e todos os anos subsequentes e se conjuntos de dados consistentes forem utilizados para estimar as emissões por fontes ou remoções por sumidouros. Em certas circunstâncias mencionadas nos parágrafos 15 e 16, um inventário elaborado com o uso de metodologias diferentes para anos distintos pode ser considerado consistente caso tenha sido recalculado de maneira transparente, de acordo com a Orientação de Boas Práticas e Gerenciamento de Incertezas nos Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Good Practice Guidance and Uncertainty*

Management in National Greenhouse Gas Inventories]¹ do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC);

Comparabilidade significa que as estimativas das emissões e remoções relatadas nos inventários pelas Partes no Anexo I devem ser comparáveis entre as Partes no Anexo I. Para esse fim, as Partes no Anexo I devem usar as metodologias e os formatos acordados pela COP para estimar e relatar os inventários. A alocação das diferentes categorias de fonte/sumidouro deve seguir a divisão das Diretrizes Revisadas de 1996 do IPCC para Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Revised 1996 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories*],² no que diz respeito ao sumário e às tabelas setoriais;

Compleitude significa que o inventário deve cobrir todas as fontes, todos os sumidouros e gases contidos nas Diretrizes do IPCC, bem como outras categorias de fonte/sumidouro existentes e pertinentes que sejam específicas das Partes no Anexo I e, portanto, podem não estar contidas nas Diretrizes do IPCC. A completude também significa cobertura geográfica completa das fontes e dos sumidouros de uma Parte no Anexo I;³

Acurácia é uma medida relativa da exatidão de uma estimativa de emissão ou remoção. As estimativas devem ser acuradas no sentido de que não estejam sistematicamente acima ou abaixo das verdadeiras emissões ou remoções, dentro do que possa ser avaliado, e que as incertezas sejam reduzidas o máximo possível, dentro do que for viável. Metodologias adequadas devem ser usadas, de acordo com a Orientação de Boas Práticas do IPCC, para promover *acurácia* nos inventários.

5. No contexto destas diretrizes, as definições de termos comuns utilizados na elaboração dos inventários de gases de efeito estufa são aquelas fornecidas na Orientação de Boas Práticas do IPCC.

C. Contexto

6. Estas diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais cobrem a estimativa e o relato das emissões e remoções de gases de efeito estufa tanto nos inventários anuais quanto nos inventários contidos nas comunicações nacionais, conforme especificado na decisão 11/CP.4 e em outras decisões pertinentes da COP.

7. A apresentação de um inventário anual deve consistir de um Relatório do Inventário Nacional e das tabelas do Formato Comum de Relato, conforme descritos nos parágrafos 38 a 43 e 44 a 50, respectivamente.

¹ Chamada, neste documento, de Orientação de Boas Práticas do IPCC. O IPCC está desenvolvendo, atualmente, a “Orientação de Boas Práticas no Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Florestas”.

² Chamadas, neste documento, de Diretrizes do IPCC.

³ De acordo com o instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão à Convenção de cada Parte no Anexo I.

D. Ano de base

8. O ano de 1990 deve ser o ano de base para a estimativa e o relato dos inventários. De acordo com as disposições do Artigo 4, parágrafo 6, da Convenção e as decisões 9/CP.2 e 11/CP.4, permite-se que as seguintes Partes no Anexo I que estão em processo de transição para uma economia de mercado usem um ano ou período de base que não 1990, conforme descrito abaixo:

Bulgária:	1988
Hungria:	a média dos anos de 1985 a 1987
Polônia:	1988
Romênia:	1989
Eslovênia:	1986

E. Métodos

Metodologia

9. As Partes no Anexo I devem usar as Diretrizes do IPCC para estimar e relatar as emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. Ao elaborar os inventários nacionais desses gases, as Partes no Anexo I também devem usar a Orientação de Boas Práticas do IPCC para melhorar a transparência, consistência, comparabilidade, completude e acurácia.

10. De acordo com as Diretrizes do IPCC, as Partes no Anexo I podem usar diferentes métodos (níveis) contidos nessas diretrizes, priorizando os métodos que, de acordo com as árvores de decisão da Orientação de Boas Práticas do IPCC, produzam estimativas mais acuradas. De acordo com as Diretrizes do IPCC, as Partes no Anexo I também podem usar metodologias nacionais que considerem mais capazes de refletir sua situação nacional, desde que essas metodologias sejam compatíveis com as Diretrizes do IPCC e a Orientação de Boas Práticas do IPCC e sejam bem documentadas e embasadas cientificamente.

11. Para as categorias de fonte que sejam identificadas como categorias de fontes principais, de acordo com a Orientação de Boas Práticas do IPCC, e estimadas de acordo com as disposições do parágrafo 13 abaixo, as Partes no Anexo I devem esforçar-se ao máximo para usar um método recomendado, de acordo com as árvores de decisão correspondentes da Orientação de Boas Práticas do IPCC. As Partes no Anexo I também devem esforçar-se ao máximo para desenvolver e/ou selecionar fatores de emissão e coletar e selecionar dados de atividade, de acordo com a Orientação de Boas Práticas do IPCC.

12. Para a maioria das categorias de fonte, as Diretrizes do IPCC fornecem uma metodologia *default* que contém fatores de emissão *default* e, em alguns casos, referências de dados de atividade *default*. Além disso, a Orientação de Boas Práticas do IPCC fornece fatores de emissão *default* atualizados e dados de atividade *default* para algumas fontes e alguns gases. Como as hipóteses implícitas nesses dados, fatores e métodos *default* podem não ser adequadas aos contextos nacionais específicos, é preferível que as Partes no Anexo I utilizem seus próprios fatores de emissão e dados de atividade nacionais, quando

disponíveis, desde que sejam desenvolvidos de forma consistente com a Orientação de Boas Práticas do IPCC, sejam considerados mais acurados e sejam relatados de forma transparente. Os dados de atividade ou fatores de emissão *default* atualizados fornecidos na Orientação de Boas Práticas do IPCC devem ser usados, quando disponíveis, se as Partes no Anexo I optarem por utilizar fatores ou dados *default* por falta de informações específicas do país.

Determinação das categorias de fontes principais

13. As Partes no Anexo I devem identificar suas categorias de fontes principais para o ano de base e para o ano referente ao último inventário relatado, conforme descrito na Orientação de Boas Práticas do IPCC, utilizando os níveis 1 ou 2 e a avaliação de tendência.

Incertezas

14. As Partes no Anexo I devem estimar quantitativamente as incertezas nos dados utilizados para todas as categorias de fontes e sumidouros usando, pelo menos, o método do nível 1, conforme apresentado na Orientação de Boas Práticas do IPCC. Alternativamente, as Partes no Anexo I também podem usar o método do nível 2 da Orientação de Boas Práticas do IPCC para tratar das limitações técnicas do método do nível 1. A incerteza nos dados usados para todas as categorias de fontes e sumidouros também deve ser discutida qualitativamente e de forma transparente no Relatório do Inventário Nacional, especialmente em relação às fontes que foram identificadas como fontes principais.

Cálculos refeitos

15. Os inventários de uma série temporal inteira, que contenha o ano de base e todos os anos subsequentes para os quais foram relatados inventários, devem ser estimados com o uso das mesmas metodologias, e os dados de atividade e fatores de emissão subjacentes devem ser obtidos e utilizados de forma consistente. Os cálculos devem ser refeitos apenas para melhorar a acurácia e/ou a completude, assegurando-se a consistência da série temporal. Quando a metodologia ou a forma de coleta dos dados de atividade e fatores de emissão subjacentes tiverem mudado, as Partes no Anexo I devem recalculá-los para o ano de base e os anos subsequentes. As Partes no Anexo I devem avaliar a necessidade de refazer cálculos com base nas razões fornecidas pela Orientação de Boas Práticas do IPCC, especialmente em relação às fontes principais. Para refazer cálculos, deve-se seguir a Orientação de Boas Práticas do IPCC e os princípios gerais estabelecidos nestas diretrizes da CQNUMC.

16. Em alguns casos, pode não ser possível usar os mesmos métodos e conjuntos consistentes de dados para todos os anos em razão de uma possível falta de dados de atividade, fatores de emissão ou outros parâmetros diretamente utilizados no cálculo das estimativas de emissões para alguns anos históricos, inclusive o ano de base. Em tais casos, as emissões ou remoções podem precisar ser recalculadas com o uso de métodos alternativos que, geralmente, não são cobertos pelos parágrafos 9º a 12. Nesses casos, as Partes no Anexo I devem usar uma das técnicas apresentadas na Orientação de Boas

Práticas do IPCC (por exemplo, sobreposição, substituição, interpolação e extrapolação) para determinar os valores que faltam. Sempre que essas técnicas forem utilizadas, as Partes no Anexo I devem documentar e demonstrar, no Relatório do Inventário Nacional, a consistência da série temporal.

Garantia/controlado da qualidade

17. Cada Parte no Anexo I deve elaborar um plano de garantia/controlado da qualidade do inventário e implementar procedimentos gerais de controle da qualidade do inventário (nível 1)⁴ de acordo com o seu plano de garantia/controlado da qualidade e conforme a Orientação de Boas Práticas do IPCC. Além disso, as Partes no Anexo I devem empregar procedimentos de controle da qualidade específicos das categorias de fontes (nível 2) para as categorias de fontes principais e para as categorias de fontes individuais em que mudanças metodológicas significativas e/ou revisões de dados tenham ocorrido, de acordo com a Orientação de Boas Práticas do IPCC. O controle da qualidade do nível 2 pode ser implementado de forma mais eficiente se for feito em conjunto com a avaliação das incertezas nas fontes de dados. Além disso, as Partes no Anexo I devem implementar procedimentos de garantia da qualidade, conduzindo uma revisão básica por especialistas (garantia da qualidade do nível 1) dos seus inventários, de acordo com a Orientação de Boas Práticas do IPCC.

F. Relato

1. Orientação geral

Estimativas das emissões e remoções

18. O Artigo 12, parágrafo 1º, alínea (a), da Convenção requer que cada Parte apresente à COP, por intermédio do Secretariado, *inter alia*, um inventário nacional das emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. Como requisito mínimo, os inventários devem conter informações sobre os seguintes gases de efeito estufa: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), perfluorcarbonos (PFCs), hidrofluorcarbonos (HFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). As Partes no Anexo I devem relatar as emissões e remoções antrópicas de quaisquer outros gases de efeito estufa cujos valores do Potencial de Aquecimento Global em 100 anos tenham sido identificados pelo IPCC e adotados pela COP. As Partes no Anexo I também devem fornecer informações sobre os seguintes gases de efeito estufa indiretos: monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NO_x) e compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM), bem como óxidos de enxofre (SO_x).

19. As emissões e remoções de gases de efeito estufa devem ser apresentadas gás a gás em unidades de massa, com as emissões por fontes listadas separadamente das remoções por sumidouros, exceto nos casos em que seja tecnicamente impossível separar as informações sobre as fontes e os sumidouros nas áreas de uso da terra, mudança no uso da

⁴ Conforme descritos na tabela 8.1 da Orientação de Boas Práticas do IPCC.

terra e florestas. Para os HFCs e PFCs, as emissões devem ser relatadas para cada produto químico pertinente da categoria de forma desagregada, exceto nos casos em que se aplique o parágrafo 27.

20. Além disso, de forma consistente com a decisão 2/CP.3, as Partes no Anexo I devem relatar as emissões e remoções agregadas de gases de efeito estufa, expressas em termos equivalentes de CO₂ no nível do sumário do inventário⁵, utilizando os valores do Potencial de Aquecimento Global fornecidos pelo IPCC em seu Segundo Relatório de Avaliação, chamados doravante de valores dos Potenciais de Aquecimento Global do IPCC de 1995, com base nos efeitos dos gases de efeito estufa ao longo de um horizonte de tempo de 100 anos. Uma lista desses valores é apresentada na tabela 1 no final destas diretrizes. A tabela 1 será emendada para a inclusão de qualquer outro gás de efeito estufa e seus valores do Potencial de Aquecimento Global em 100 anos, assim que os valores do Potencial de Aquecimento Global tenham sido adotados pela COP.

21. De forma consistente com a decisão 2/CP.3, as Partes no Anexo I devem relatar as emissões reais de HFCs, PFCs e SF₆, quando houver dados disponíveis, fornecendo dados desagregados por produto químico (por exemplo, HFC-134a) e categoria de fonte em unidades de massa e em equivalentes de CO₂. As Partes no Anexo I devem esforçar-se ao máximo para desenvolver as fontes necessárias de dados para relatar as emissões reais. Para as categorias de fonte em que se aplique o conceito de emissões potenciais e as Partes no Anexo I ainda não tenham os dados necessários para calcular as emissões reais, as Partes no Anexo I devem relatar as emissões potenciais desagregadas. As Partes no Anexo I que relatarem as emissões reais também devem relatar as emissões potenciais para as fontes em que o conceito de emissões potenciais se aplique, por razões de transparência e comparabilidade.

22. Qualquer Parte no Anexo I que seja Parte no Protocolo de Quioto e que, de acordo com o Artigo 3^o, parágrafo 8^o, do Protocolo de Quioto escolha usar 1995 como seu ano de base para os HFCs, PFCs e SF₆ para os fins de cálculo das quantidades atribuídas em conformidade com o Artigo 3^o, parágrafos 7^o e 8^o, do Protocolo de Quioto, deve indicar isso em seu Relatório do Inventário Nacional e nos quadros de documentação das tabelas pertinentes do Formato Comum de Relato. Independentemente do ano de base escolhido para esses gases, para os fins do Protocolo de Quioto, essas Partes no Anexo I devem relatar, de acordo com a disponibilidade de dados, as estimativas e tendências das emissões desses gases a partir de 1990, de acordo com as disposições destas diretrizes.

23. Incentivam-se fortemente as Partes no Anexo I a também relatar as emissões e remoções de outros gases de efeito estufa cujos valores do Potencial de Aquecimento Global em 100 anos estejam disponíveis mas ainda não tenham sido adotados pela COP. Essas emissões e remoções devem ser relatadas separadamente dos totais nacionais. O valor e a referência do Potencial de Aquecimento Global devem ser indicados.

⁵ As emissões equivalentes de CO₂ devem ser fornecidas em um nível de desagregação por categoria similar ao especificado na tabela Sumário 1.A do Formato Comum de Relato.

24. De acordo com as Diretrizes do IPCC, as emissões dos combustíveis dos transportes aéreo e marítimo internacionais não devem ser incorporadas aos totais nacionais, mas relatadas separadamente. As Partes no Anexo I devem esforçar-se ao máximo tanto para empregar quanto produzir relatórios de acordo com o método da Orientação de Boas Práticas do IPCC para separar as emissões domésticas das internacionais. As Partes no Anexo I também devem relatar as emissões dos combustíveis dos transportes aéreo e marítimo internacionais como duas entradas separadas nos seus inventários.

25. As Partes no Anexo I devem indicar claramente como as matérias-primas e o uso não-energético dos combustíveis foram contabilizados no inventário: no setor de energia ou de processos industriais, de acordo com a Orientação de Boas Práticas do IPCC.

26. Se as Partes no Anexo I contabilizarem, no seu inventário, os efeitos da remoção de CO₂ dos gases de combustão e o subsequente armazenamento de CO₂, devem indicar em quais categorias de fonte esses efeitos foram incluídos e apresentar documentação transparente das metodologias utilizadas e dos efeitos resultantes.

27. As emissões e remoções devem ser relatadas no nível mais desagregado de cada categoria de fonte/sumidouro, levando em conta que um nível mínimo de agregação pode ser necessário para proteger assuntos confidenciais e informações militares.

Completude

28. Onde houver lacunas metodológicas ou de dados nos inventários, as informações sobre essas lacunas devem ser apresentadas de forma transparente. As Partes no Anexo I devem indicar claramente as fontes e os sumidouros não considerados em seus inventários, mas que estejam contidos nas Diretrizes do IPCC e explicar as razões de tal exclusão. De forma similar, as Partes no Anexo I devem indicar as partes da sua área geográfica, se for o caso, não cobertas por seu inventário e explicar as razões dessa exclusão. Além disso, as Partes no Anexo I devem usar os códigos apresentados abaixo para preencher os espaços vazios em todas as tabelas do Formato Comum de Relato⁶. Essa abordagem facilita a avaliação da completude do inventário. Os códigos são os seguintes:

(a) “NO” (não ocorrem) - para atividades ou processos em uma determinada categoria de fonte ou sumidouro que não ocorram dentro do país;

(b) “NE” (não estimadas) - para as emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa que existam mas não tenham sido estimadas. Quando o código “NE” for usado em um inventário de emissões ou remoções de CO₂, N₂O, CH₄, HFCs, PFCs, ou SF₆, a Parte no Anexo I deve indicar tanto na tabela de completude do

⁶ Os códigos utilizados no Relatório do Inventário Nacional devem ser consistentes com os relatados no Formato Comum de Relato.

Relatório do Inventário Nacional quanto na tabela de completude do Formato Comum de Relato as razões por que as emissões ou remoções não foram estimadas;⁷

(c) “NA” (não se aplicam) - para as atividades em uma determinada categoria de fonte/sumidouro que não resultem em emissões ou remoções de um gás específico. Não precisam ser preenchidas as categorias do Formato Comum de Relato que estiverem sombreadas e para as quais o código “NA” se aplique;

(d) “IE” (informadas em outro lugar) - para as emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa estimadas mas informadas em outro lugar do inventário que não a categoria de fonte/sumidouro esperada. Quando o código “IE” for utilizado no inventário, a Parte no Anexo I deve indicar, usando a tabela de completude do Formato Comum de Relato, em que parte do inventário as emissões ou remoções deslocadas da categoria de fonte/sumidouro foram informadas e explicar o porquê de tal desvio da categoria esperada;

(e) “C” (confidenciais) - para as emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa que poderiam levar à divulgação de informações confidenciais, dadas as disposições do parágrafo 27 acima.

29. Se as Partes no Anexo I estimarem e relatarem emissões por fontes e remoções por sumidouros específicos do país ou de gases que não constem nas Diretrizes do IPCC, devem descrever explicitamente quais são essas categorias de fonte/sumidouro ou gases, bem como quais metodologias, fatores de emissão e dados de atividade foram usados para estimá-los e fornecer as referências desses dados.

Fontes principais

30. As Partes no Anexo I devem estimar e relatar as contribuições percentuais individuais e cumulativas das emissões das categorias de fontes principais ao seu total nacional, com relação tanto ao nível de emissão quanto à tendência de emissão. As emissões devem ser expressas em termos de equivalentes de CO₂, usando os métodos fornecidos na Orientação de Boas Práticas do IPCC. Conforme indicado nos parágrafos 41 e 47 abaixo, essas informações devem ser apresentadas na tabela 7 do Formato Comum de Relato, bem como no Relatório do Inventário Nacional, usando as tabelas 7.A1 a 7.A3 da Orientação de Boas Práticas do IPCC, adaptadas ao nível de desagregação por categoria que a Parte no Anexo I tenha usado para determinar suas fontes principais.

Verificação

31. De acordo com as Diretrizes do IPCC, bem como para fins de verificação, as Partes no Anexo I devem comparar suas estimativas nacionais das emissões de dióxido de carbono provenientes da queima de combustíveis com as estimativas obtidas com o uso da abordagem de referência do IPCC e relatar os resultados dessa comparação no Formato

⁷ Mesmo que as estimativas de emissões sejam consideradas insignificantes, as Partes devem relatá-las, caso tenham sido calculadas, ou utilizar o código “NE”.

Comum de Relato e no Relatório do Inventário Nacional. As Partes no Anexo I também são incentivadas a relatar qualquer revisão do seu inventário feita por especialistas nacionalmente.

Incertezas

32. As Partes no Anexo I devem informar, no Relatório do Inventário Nacional, as incertezas estimadas conforme indicado no parágrafo 14 acima, bem como os métodos utilizados e as hipóteses subjacentes, com o objetivo de ajudar a priorizar os esforços para melhorar a acurácia dos inventários nacionais no futuro e orientar as decisões de escolha metodológica. Essas informações devem ser apresentadas com o uso das tabelas 6.1 e 6.2 da Orientação de Boas Práticas do IPCC. Além disso, as Partes no Anexo I devem indicar, nessas tabelas, as fontes que foram identificadas como fontes principais no seu inventário. Os métodos usados para estimar o nível de incerteza que fugirem da Orientação de Boas Práticas do IPCC devem ser descritos.

Cálculos refeitos

33. Os cálculos das estimativas de emissões e remoções apresentadas anteriormente que tenham sido refeitos em consequência de mudanças nas metodologias, mudanças na maneira com que são obtidos e usados os fatores de emissão e os dados de atividade ou da inclusão de novas fontes ou sumidouros que existiam desde o ano de base mas que não tinham sido relatados anteriormente devem ser relatados para o ano de base e todos os anos subsequentes até o ano em que foram refeitos.

34. Os cálculos refeitos devem ser informados no Relatório do Inventário Nacional, juntamente com informações que justifiquem a realização desses novos cálculos, e nas tabelas pertinentes do Formato Comum de Relato. As Partes no Anexo I também devem fornecer explicações no caso de não terem recalculado uma estimativa conforme exigido na Orientação de Boas Práticas do IPCC. As informações sobre os procedimentos usados para refazer os cálculos, as mudanças nos métodos de cálculo, os fatores de emissão e dados de atividade usados e a inclusão das fontes e dos sumidouros não cobertos anteriormente devem ser relatadas com uma indicação das mudanças pertinentes em cada categoria de fonte ou sumidouro em que essas mudanças tenham acontecido. As Partes no Anexo I devem apresentar as informações referentes às fontes principais no Relatório do Inventário Nacional, conforme indicado no parágrafo 41 abaixo.

35. As Partes no Anexo I devem relatar qualquer outra mudança nas estimativas das emissões e remoções, independentemente da magnitude, e indicar claramente a razão das mudanças em relação aos inventários apresentados anteriormente, por exemplo, correção de erro, mudanças estatísticas ou editoriais ou realocação de fontes, usando a tabela correspondente do Formato Comum de Relato, conforme indicado no parágrafo 47 abaixo e descrito no anexo II destas diretrizes.

Garantia/controle da qualidade

36. As Partes no Anexo I devem informar no Relatório do Inventário Nacional o seu plano de garantia/controle da qualidade e prestar informações sobre procedimentos de garantia/controle da qualidade já implementados ou a serem implementados no futuro.

Ajustes⁸

37. Os inventários devem ser relatados sem os ajustes relacionados, por exemplo, com variações climáticas ou padrões de comercialização de eletricidade. Se as Partes no Anexo I, além disso, realizarem esses ajustes nos dados do inventário, eles devem ser relatados separadamente e de forma transparente, com indicações claras do método seguido.

2. Relatório do Inventário Nacional

38. As Partes no Anexo I devem submeter à COP, por intermédio do Secretariado, um Relatório do Inventário Nacional contendo informações detalhadas e completas sobre os seus inventários. O Relatório do Inventário Nacional deve assegurar a transparência e conter informações suficientemente detalhadas que permitam que o inventário seja revisado. Essas informações devem cobrir a série temporal inteira, a partir do ano de base⁹ até o ano referente ao inventário mais recente e quaisquer mudanças nos inventários apresentados anteriormente.

39. A cada ano, um Relatório do Inventário Nacional atualizado deve ser submetido integralmente à COP, por meio eletrônico e por intermédio do Secretariado, de acordo com as decisões pertinentes da COP; nos casos em que as Partes no Anexo I tiverem publicado versões em papel do seu Relatório do Inventário Nacional, elas também são incentivadas a submeter cópias ao Secretariado.

40. O Relatório do Inventário Nacional deve conter informações anuais do inventário, apresentadas de acordo com o parágrafo 38 acima.

41. O Relatório do Inventário Nacional deve conter:

(a) Descrições, referências e fontes de informações das metodologias específicas, hipóteses, dos fatores de emissão e dados de atividade específicos, bem como as razões de sua seleção. Também deve conter uma indicação do nível de complexidade (níveis do IPCC) aplicado e uma descrição de qualquer metodologia nacional usada pela Parte no Anexo I, bem como informações sobre os aperfeiçoamentos futuros esperados. Com relação às fontes principais, deve-se fornecer uma justificativa caso os métodos

⁸ Os ajustes mencionados aqui relacionam-se, por exemplo, com as variações climáticas ou os padrões de comercialização da eletricidade. Não se referem a ajustes no âmbito do Artigo 5º, parágrafo 2º, do Protocolo de Quioto.

⁹ De acordo com as disposições do Artigo 4º, parágrafo 6º, da Convenção e as decisões 9/CP.2 e 11/CP.4, algumas Partes com economias em transição podem usar anos de base que não 1990, conforme mencionado no parágrafo 8º acima.

recomendados na árvore de decisão adequada da Orientação de Boas Práticas do IPCC não forem utilizados. Além disso, os dados de atividade, fatores de emissão e as informações com eles relacionadas devem ser documentados de acordo com a Orientação de Boas Práticas do IPCC.

(b) Uma descrição das fontes nacionais principais, conforme indicado no parágrafo 30,¹⁰ que contenha:

- (i) Referência às tabelas de fontes principais do Formato Comum de Relato;
- (ii) Informações sobre o nível de desagregação das categorias de fonte utilizadas e sua justificativa;
- (iii) Informações adicionais relacionadas com a metodologia utilizada para identificar as fontes principais;

(c) Com relação à possibilidade de dupla contagem ou não-contagem das emissões, uma indicação, na parte setorial correspondente do Relatório do Inventário Nacional, sobre:

- (i) Se as matérias-primas e o uso não-energético de combustíveis foram contabilizados no inventário, e caso afirmativo, se foram contabilizados no setor de energia ou no de processos industriais;
- (ii) Se o CO₂ dos solos agrícolas foi estimado e, caso afirmativo, se foi contabilizado no setor de agricultura (na categoria 4.D – Solos agrícolas) ou no setor de mudança no uso da terra e florestas (categoria 5.D – Emissões e remoções de CO₂ do solo);
- (iii) Se foram contabilizadas no inventário as emissões de CO₂ correspondentes à oxidação atmosférica de CO₂, os COVNM e as emissões de CH₄ de processos não-combustivos e não-biogênicos, tais como o uso de solventes, a mineração e o tratamento de carvão mineral, os respiradouros e as fugas de combustíveis fósseis;
- (iv) Informações sobre as categorias de fontes ou sumidouros excluídos ou potencialmente excluídos, inclusive os esforços no desenvolvimento de estimativas a serem apresentadas futuramente;

(d) Dados de referência utilizados para estimar as emissões e remoções do setor de mudança no uso da terra e florestas a fim de aumentar a transparência;¹¹

¹⁰ O Secretariado também realizará uma determinação padronizada das fontes principais para todas as Partes, com base na tabela 7.1 da Orientação de Boas Práticas do IPCC. As Partes também podem usar essa abordagem se ela for consistente com a forma com que elaboram seus inventários.

(e) Informações sobre como os efeitos da remoção de CO₂ dos gases de combustão e o subsequente armazenamento de CO₂ são contabilizados no inventário;

(f) Informações sobre incertezas, conforme solicitado no parágrafo 32 acima;

(g) Informações sobre quaisquer cálculos refeitos relacionados com dados de inventário apresentados anteriormente, conforme solicitadas nos parágrafos 33 a 35 acima, inclusive mudanças nas metodologias, fontes de informações e hipóteses, bem como cálculos refeitos em consequência do processo de revisão;

(h) Informações sobre mudanças em relação a anos anteriores, não relacionadas com cálculos refeitos, inclusive mudanças nas metodologias, fontes de informações e hipóteses, bem como mudanças ocorridas em consequência do processo de revisão;

(i) Informações sobre garantia e controle da qualidade, conforme solicitadas no parágrafo 36 acima, descrevendo o plano de garantia/controle da qualidade e as atividades de garantia/controle da qualidade implementadas para o inventário inteiro, bem como para as categorias de fontes individuais, especialmente as fontes principais, e o inventário inteiro realizado internamente, bem como sobre as revisões externas conduzidas, se for o caso. Devem ser descritas as conclusões principais sobre a qualidade dos dados de entrada, dos métodos, do processamento e arquivamento e sobre como eles foram tratados;

(j) Uma descrição dos preparativos institucionais para a elaboração dos inventários.

42. Se qualquer informação solicitada, no âmbito do parágrafo 41, alíneas (a) a (h) acima for apresentada em detalhe no Formato Comum de Relato, as Partes no Anexo I devem indicar, no Relatório do Inventário Nacional, em que parte do Formato Comum de Relato essa informação pode ser encontrada.

43. O Relatório do Inventário Nacional deve ser relatado de acordo com a descrição contida no anexo destas diretrizes, assegurando-se que todas as informações solicitadas no parágrafo 41 acima sejam apresentadas.

3. Formato Comum de Relato

44. O Formato Comum de Relato foi concebido para assegurar que as Partes no Anexo I relatem dados quantitativos em um formato padronizado e para facilitar a comparação dos dados e das tendências dos inventários entre as Partes no Anexo I. Explicações de informações de caráter qualitativo devem ser fornecidas principalmente no Relatório do Inventário Nacional em vez de nas tabelas do Formato Comum de Relato. Essas

¹¹ O Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) pode querer analisar essa questão quando for concluída pelo IPCC a Orientação de Boas Práticas no Setor de Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Florestas e, conforme o caso, ampliar esta alínea em quaisquer revisões subsequentes destas diretrizes.

informações explicativas devem fazer referência à seção específica do Relatório do Inventário Nacional.

45. As Partes no Anexo I devem submeter anualmente à COP, por intermédio do Secretariado, as informações solicitadas no Formato Comum de Relato contido no anexo II destas diretrizes. Essas informações devem ser apresentadas integralmente por meio eletrônico e em base anual à COP, por intermédio do Secretariado, de acordo com as decisões pertinentes da COP.

46. O Formato Comum de Relato é um formato padronizado para relatar as estimativas das emissões e remoções de gases de efeito estufa e outras informações pertinentes. O Formato Comum de Relato permite um melhor tratamento das informações apresentadas por meio eletrônico e facilita o processamento das informações dos inventários e a elaboração de documentação técnica de análise e síntese.

47. O Formato Comum de Relato consiste de:

(a) Tabelas de sumário, setores e tendências das emissões e remoções de todos os gases de efeito estufa;

(b) Tabelas de dados setoriais de referência para o relato dos fatores de emissão¹² e dados de atividade implícitos, contendo:

(i) Planilha 1-1 do IPCC com as estimativas das emissões de CO₂ da queima de combustíveis fósseis, relatadas com o uso da abordagem de referência do IPCC, e uma tabela para comparar as estimativas produzidas de acordo com essa abordagem de referência e as estimativas produzidas segundo a abordagem setorial, fornecendo-se explicações de quaisquer diferenças significativas;¹³

(ii) Tabelas para o relato do consumo de combustíveis fósseis para matérias-primas não-energéticas, transportes aéreo e marítimo internacionais e operações multilaterais;

(c) Tabelas para relatar, *inter alia*, as categorias de fontes principais, os cálculos refeitos e a completude do inventário.

48. O Formato Comum de Relato deve ser relatado de acordo com as tabelas contidas no anexo II destas diretrizes, assegurando-se que todas as informações solicitadas no

¹² As tabelas setoriais de referência foram idealizadas para permitir o cálculo dos fatores de emissão implícitos. São razões *top-down* entre as estimativas de emissão de uma Parte no Anexo I e os dados de atividade no nível de desagregação dado pelas tabelas. Os fatores de emissão implícitos visam apenas à comparação dos dados. Não serão necessariamente os fatores de emissão usados de fato na estimativa original das emissões, a menos que tenha sido uma multiplicação simples com base nos mesmos dados de atividade agregados usados para calcular o fator de emissão implícito.

¹³ Explicações detalhadas devem ser dadas no Relatório do Inventário Nacional.

parágrafo 47 acima sejam apresentadas. Ao preencher essas tabelas, as Partes no Anexo I devem:

(a) Fornecer o Formato Comum de Relato completo para o ano referente ao inventário mais recente e para os anos em que tiver sido feita qualquer mudança em qualquer setor. Para os anos em que nenhuma mudança tenha sido feita, não é necessário apresentar novamente as tabelas completas do Formato Comum de Relato, mas deve-se fazer referência ao inventário em que os dados não-alterados foram relatados originalmente. As Partes no Anexo I devem assegurar que um conjunto completo e com séries temporais consistentes de tabelas do Formato Comum de Relato seja disponibilizado anualmente para a série temporal inteira a partir do ano de base;

(b) Fornecer as tabelas de tendências do Formato Comum de Relato, cobrindo os anos de inventário para a série temporal inteira em apenas uma apresentação, ou seja, no Formato Comum de Relato referente ao ano do inventário mais recente;

(c) Fornecer as tabelas de completude em uma apresentação, apenas se as informações aplicarem-se a todos os anos. Se as informações dessas tabelas diferirem para cada ano relatado, as tabelas ou as informações sobre as mudanças específicas devem ser fornecidas para cada ano no Formato Comum de Relato;

(d) Usar os quadros de documentação fornecidos no rodapé do relatório setorial e nas tabelas com dados de referência, fazendo referências a explicações detalhadas no Relatório do Inventário Nacional ou qualquer outra informação, conforme especificado nesses quadros.

49. As Partes no Anexo I devem fornecer as informações solicitadas nos quadros informativos adicionais. Quando a informação requerida for inadequada por causa do nível metodológico usado pela Parte no Anexo I, as células correspondentes devem ser preenchidas com o código “NA”. Nesses casos, as Partes no Anexo I devem fazer referência, no quadro de documentação, à seção pertinente do Relatório do Inventário Nacional em que informações equivalentes podem ser encontradas.

50. As Partes no Anexo I devem usar os códigos especificados no parágrafo 28 acima, em todas as tabelas do Formato Comum de Relato, para preencher as células em que nenhum dado quantitativo for incluído diretamente. O uso dos códigos facilita a avaliação da completude do inventário. Orientação específica é fornecida sobre como os códigos devem ser usados em cada tabela do Formato Comum de Relato em que sejam solicitadas informações qualitativas.

G. Arquivo

51. As Partes no Anexo I devem reunir e arquivar todas as informações pertinentes de inventário para cada ano, inclusive todos os fatores de emissão desagregados, dados de atividade e documentação sobre como esses fatores e dados foram gerados, inclusive a opinião de um especialista, quando adequado, e como foram agregados para ser relatados no inventário. Essas informações devem permitir a reconstrução do inventário pelas equipes

revisoras de especialistas, *inter alia*. As informações dos inventários devem ser arquivadas a partir do ano de base e devem conter os dados correspondentes sobre os cálculos refeitos. A documentação, que pode conter as planilhas ou bases de dados utilizadas para compilar os dados do inventário, deve permitir que as estimativas das emissões e remoções sejam remontadas aos fatores de emissão e dados de atividade desagregados originais. Além disso, a documentação pertinente de apoio, relacionada com a implementação da garantia e do controle da qualidade, avaliação de incerteza ou análises de fontes principais, deve ser guardada em arquivo. Essas informações também devem facilitar o processo de explicação dos dados do inventário de forma tempestiva quando o Secretariado estiver preparando as compilações anuais dos inventários ou avaliando questões metodológicas. Incentivam-se as Partes no Anexo I a coletar e reunir as informações em um único arquivo do inventário nacional ou, pelo menos, no menor número possível de arquivos.

H. Atualização sistemática das diretrizes

52. Estas diretrizes da CQNUMC para relato dos inventários anuais devem ser revistas e revisadas, conforme o caso, de acordo com as decisões da COP sobre essa questão.

I. Idioma

53. O Relatório do Inventário Nacional deve ser apresentado em um dos idiomas oficiais das Nações Unidas. As Partes no Anexo I também são incentivadas a enviar, quando pertinente, uma tradução para o inglês do Relatório do Inventário Nacional.

Tabela 1. Valores^a de 1995 do Potencial de Aquecimento Global do IPCC com base nos efeitos dos gases de efeito estufa em um horizonte de tempo de 100 anos

Gás de efeito estufa	Fórmula química	Potencial de Aquecimento Global do IPCC de 1995
Dióxido de carbono	CO ₂	1
Metano	CH ₄	21
Óxido nitroso	N ₂ O	310
Hidrofluorcarbonos (HFCs)		
HFC-23	CHF ₃	11 700
HFC-32	CH ₂ F ₂	650
HFC-41	CH ₃ F	150
HFC-43-10mee	C ₅ H ₂ F ₁₀	1 300
HFC-125	C ₂ HF ₅	2 800
HFC-134	C ₂ H ₂ F ₄ (CHF ₂ CHF ₂)	1 000
HFC-134a	C ₂ H ₂ F ₂ (CH ₂ FCF ₃)	1 300
HFC-152a	C ₂ H ₄ F ₂ (CH ₃ CHF ₂)	140
HFC-143	C ₂ H ₃ F ₃ (CHF ₂ CH ₂ F)	300
HFC-143a	C ₂ H ₃ F ₃ (CF ₃ CH ₃)	3 800
HFC-227ea	C ₃ HF ₇	2 900
HFC-236fa	C ₃ H ₂ F ₆	6 300
HFC-254ca	C ₃ H ₃ F ₅	560
Perfluorcarbonos		
Perfluormetano	CF ₄	6 500
Perfluoretano	C ₂ F ₆	9 200
Perfluorpropano	C ₃ F ₈	7 000
Perfluorbutano	C ₄ F ₁₀	7 000
Perfluorciclobutano	c-C ₄ F ₈	8 700
Perfluorpentano	C ₅ F ₁₂	7 500
Perfluorhexano	C ₆ F ₁₄	7 400
Hexafluoreto de enxofre	SF ₆	23 900

^a Conforme apresentados pelo IPCC em seu Segundo Relatório de Avaliação.

Anexo I

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DO INVENTÁRIO NACIONAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

SE.1. Informações de referência sobre os inventários de gases de efeito estufa e a mudança do clima (por exemplo, como se referem ao contexto nacional, fornecer informações ao público em geral)

SE.2. Sumário das tendências nacionais relacionadas com as emissões e remoções

SE.3. Visão geral das estimativas e tendências das emissões das categorias de fonte e sumidouro

SE.4. Outras informações (por exemplo, gases de efeito estufa indiretos)

Capítulo 1: INTRODUÇÃO

1.1. Informações de referência sobre os inventários de gases de efeito estufa e a mudança do clima (por exemplo, como se referem ao contexto nacional, fornecer informações ao público em geral)

1.2. Uma descrição dos preparativos institucionais para a elaboração do inventário

1.3. Breve descrição do processo de elaboração do inventário (por exemplo, coleta, processamento e armazenamento de dados)

1.4. Breve descrição geral das metodologias e fontes de dados utilizadas

1.5. Breve descrição das categorias de fontes principais

1.6. Informações sobre o plano de garantia/controle da qualidade, inclusive verificação e tratamento de questões de confidencialidade quando pertinente

1.7. Avaliação geral de incertezas, inclusive dados sobre a incerteza geral nos totais do inventário

1.8. Avaliação geral da completude (com referência ao anexo 5 da estrutura do Relatório do Inventário Nacional)

Capítulo 2: TENDÊNCIAS DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Devem ser fornecidas, neste capítulo, informações que apresentem uma visão geral das tendências das emissões, contudo, não é necessário repetir as informações fornecidas nos capítulos setoriais e nas tabelas de tendências do Formato Comum de Relato.

2.1. Descrição e interpretação das tendências das emissões para as emissões agregadas de gases de efeito estufa

2.2. Descrição e interpretação das tendências das emissões por gás

2.3. Descrição e interpretação das tendências das emissões por fonte

2.4. Descrição e interpretação das tendências das emissões para os gases de efeito estufa indiretos e o SO₂

Capítulos 3-9: *(por exemplo, NOME DO SETOR (número do setor do Formato Comum de Relato))*

A estrutura descrita a seguir deve ser mantida em todos os capítulos setoriais abaixo. As informações devem ser relatadas de acordo com os setores do IPCC.

- 3.1. Visão geral do setor (por exemplo, visão geral quantitativa e descrição)
- 3.2. *Categoria de fonte* (número da categoria de fonte do Formato Comum de Relato)

Para cada categoria de fonte do IPCC (ou seja, no nível da tabela Sumário 1.A do Formato Comum de Relato ou no nível em que os métodos do IPCC são descritos ou no nível em que a Parte no Anexo I estime suas emissões de gases de efeito estufa), as seguintes informações devem ser apresentadas:

- 3.2.1. Descrição da categoria de fonte (por exemplo, características da fonte)
- 3.2.2. Questões metodológicas (por exemplo, escolha de métodos/dados de atividade/fatores de emissão, hipóteses, parâmetros e convenções subjacentes às estimativas de emissões e remoções – a justificativa da sua seleção, quaisquer questões metodológicas específicas, por exemplo, a descrição de métodos nacionais)
- 3.2.3. Incertezas e consistência da série temporal
- 3.2.4. Garantia/controle da qualidade específicos da fonte e verificação, se for o caso
- 3.2.5. Cálculos específicos das fontes que tenham sido refeitos, se for o caso, inclusive mudanças feitas em decorrência do processo de revisão
- 3.2.6. Aperfeiçoamentos planejados específicos das fontes, se for o caso (por exemplo, metodologias, dados de atividade, fatores de emissão, etc.), inclusive aqueles feitos em decorrência do processo de revisão

As Partes no Anexo I podem relatar parte das informações solicitadas acima de forma agregada para algumas/várias categorias de fontes se a mesma metodologia, os mesmos dados de atividade e/ou fatores de emissão forem usados, a fim de evitar repetição de informação. Para as categorias de fontes principais, as informações devem ser detalhadas para permitir uma revisão completa do inventário.

Capítulo 3: ENERGIA (setor 1 do Formato Comum de Relato)

Além disso, as informações de energia devem conter o seguinte:

Queima de combustível (1.A do Formato Comum de Relato), inclusive informações detalhadas sobre:

- Comparação da abordagem setorial com a abordagem de referência
- Transporte aéreo e marítimo internacional
- Matérias-primas e uso não-energético de combustíveis
- Remoção de CO₂ dos gases de combustão e subsequente armazenamento de CO₂
- Questões específicas do país

Emissões fugitivas dos combustíveis sólidos e petróleo e gás natural (1.B do Formato Comum de Relato)

Capítulo 4: PROCESSOS INDUSTRIAIS (setor 2 do Formato Comum de Relato)

Capítulo 5: USO DE SOLVENTES E OUTROS PRODUTOS (setor 3 do Formato Comum de Relato)

Capítulo 6: AGRICULTURA (setor 4 do Formato Comum de Relato)

Capítulo 7: MUDANÇA NO USO DA TERRA E FLORESTAS (setor 5 do Formato Comum de Relato)

Capítulo 8: RESÍDUOS (setor 6 do Formato Comum de Relato)

Capítulo 9: OUTROS (setor 7 do Formato Comum de Relato) (se for o caso)

Além disso, as informações apresentadas anteriormente nas informações adicionais e nos quadros de documentação da versão do Formato Comum de Relato para o período de teste (FCCC/CP/1999/7) devem ser apresentadas e ampliadas no Relatório do Inventário Nacional, quando pertinente, conforme especificado no apêndice a esta proposta de estrutura.

Capítulo 10: CÁLCULOS REFEITOS E APERFEIÇOAMENTOS

Devem ser apresentadas, neste capítulo, informações que forneçam uma visão geral dos cálculos refeitos e dos aperfeiçoamentos realizados no inventário, contudo, não é necessário repetir informações apresentadas nos capítulos setoriais, especialmente as informações, específicas das fontes a serem fornecidas e, em particular, as Partes no Anexo I devem fazer referências às informações fornecidas nos capítulos setoriais.

- 10.1. Explicações e justificativas dos cálculos refeitos
- 10.2. Implicações nos níveis de emissão
- 10.3. Implicações nas tendências das emissões, inclusive na consistência da série temporal
- 10.4. Cálculos refeitos, inclusive em decorrência do processo de revisão e os aperfeiçoamentos planejados do inventário (por exemplo, preparativos institucionais, elaboração do inventário)

REFERÊNCIAS

ANEXOS AO RELATÓRIO DO INVENTÁRIO NACIONAL

Anexo 1: Fontes principais

- Descrição da metodologia usada para identificar as fontes principais
- Referência às tabelas de fontes principais do Formato Comum de Relato
- Informações sobre o nível de desagregação

- Tabelas 7.A1 - 7.A3 da Orientação de Boas Práticas do IPCC¹

Anexo 2: Apresentação detalhada da metodologia e dos dados para estimar as emissões de CO₂ da queima de combustíveis fósseis

Anexo 3: Outras descrições metodológicas detalhadas para categorias individuais de fontes ou sumidouros (quando pertinente)

Anexo 4: Abordagem de referência do CO₂ e comparação com a abordagem setorial e informações pertinentes sobre o balanço energético nacional

Anexo 5: Avaliação da completude e fontes e sumidouros (potenciais) de emissões e remoções de gases de efeito estufa excluídos

Anexo 6: Informações adicionais a serem consideradas como parte da apresentação do Relatório do Inventário Nacional (quando pertinente) ou outras informações de referência úteis

Anexo 7: Tabelas 6.1 e 6.2 da Orientação de Boas Práticas do IPCC²

Anexo 8: Outros anexos (qualquer outra informação pertinente - opcional)

¹ Este item foi incluído para que haja coerência com o parágrafo 30 destas diretrizes.

² Este item foi incluído para que haja coerência com os parágrafos 32 e 41, alínea (f), destas diretrizes.

Apêndice A

ORIENTAÇÃO ADICIONAL SOBRE O RELATO SETORIAL A SER INCORPORADO À SEÇÃO CORRESPONDENTE DO RELATÓRIO DO INVENTÁRIO NACIONAL

Este apêndice fornece orientação sobre as informações adicionais que as Partes no Anexo I poderiam apresentar em seu Relatório do Inventário Nacional para facilitar a revisão do inventário. Esta lista não é exaustiva. Informações adicionais podem ser apresentadas no Relatório do Inventário Nacional, dependendo da abordagem nacional da Parte no Anexo I para estimar as emissões e remoções de gases de efeito estufa.

Energia

Queima de combustível

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 1.A(a) do Formato Comum de Relato poderiam ser fornecidas, como por exemplo,

- Autoprodução de eletricidade;
- Aquecimento urbano (em indústrias manufatureiras, setores comercial e residencial).

Emissões fugitivas de combustível

Mineração de carvão:

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 1.B.1 do Formato Comum de Relato poderiam ser fornecidas, como por exemplo,

- Número de minas subterrâneas ativas;
- Número de minas com sistemas de drenagem (recuperação).

Petróleo e gás natural

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 1.B.2 do Formato Comum de Relato poderiam ser fornecidas, como por exemplo,

- Comprimento dos oleodutos e gasodutos
- Número de poços de petróleo
- Número de poços de gás
- Desempenho¹ do gás
- Desempenho¹ do petróleo

Processos industriais

Produção de metal

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 2(I).A-G do Formato Comum de Relato poderiam ser fornecidas, como por exemplo, dados da produção de aço virgem e reciclado.

¹ No contexto da produção de petróleo e gás, o desempenho é uma medida da produção total, tais como barris de petróleo por dia ou metros cúbicos de gás por ano. Especifique as unidades dos valores relatados. Leve em conta que esses valores devem ser consistentes com os dados de atividade relatados na produção na tabela 1.B.2 do Formato Comum de Relato.

Emissões potenciais de halocarbonos e SF₆

Na tabela 2(II)s2 do Formato Comum de Relato, o relato da “produção” refere-se à produção de novos produtos químicos. As substâncias recicladas podem ser informadas nessa tabela, mas deve-se assegurar que a dupla contagem de emissões seja evitada. Explicações pertinentes devem ser fornecidas no Relatório do Inventário Nacional.

PFCs e SF₆ da produção de metal / Produção de halocarbonos e SF₆

O tipo de dado de atividade usado deve ser especificado nas tabelas 2(II).C-E do Formato Comum de Relato (na coluna “descrição”). Quando forem empregados o nível 1b (para 2.C Produção de metal), o nível 2 (para 2.E Produção de halocarbonos e SF₆) e métodos específicos do país, qualquer outro dado de atividade pertinente que tenha sido usado deve ser especificado.

Consumo de HFCs, PFCs e SF₆

Com relação aos dados de atividade relatados na tabela 2(II).F do Formato Comum de Relato (“Quantidade de fluido remanescente nos produtos desativados”), as Partes no Anexo I devem apresentar, no Relatório do Inventário Nacional, informações sobre a quantidade de produto químico recuperada (eficiência da recuperação) e outras informações pertinentes utilizadas na estimativa das emissões.

A tabela 2.(II).F do Formato Comum de Relato destina-se ao relato dos dados de atividade e fatores de emissão usados para calcular as emissões reais do consumo de halocarbonos e SF₆ usando a “abordagem *bottom-up*” (com base no estoque total de equipamento e taxas de emissão estimadas desse equipamento). Algumas Partes no Anexo I podem preferir estimar suas emissões reais segundo a abordagem alternativa “*top-down*” (com base nas vendas anuais de equipamento e/ou gás). Essas Partes no Anexo I devem fornecer os dados de atividade usados nessa tabela do Formato Comum de Relato e qualquer outra informação pertinente no Relatório do Inventário Nacional. Os dados que essas Partes no Anexo I devem fornecer abrangem:

- A quantidade de fluido utilizada para abastecer novos produtos
- A quantidade de fluido utilizada para atender os produtos existentes
- A quantidade de fluido originalmente utilizada para abastecer produtos fora de uso (a capacidade nominal total dos produtos fora de uso)
- A vida útil do produto
- A taxa de crescimento das vendas do produto, se isso foi usado para calcular a quantidade de fluido originalmente utilizada para abastecer os produtos fora de uso.

Alternativamente, as Partes no Anexo I podem fornecer formatos alternativos com informações equivalentes.

Uso de solventes e outros produtos

As Diretrizes do IPCC não fornecem metodologias para o cálculo das emissões de N₂O do uso de solventes e outros produtos. Se relatarem esses dados no Formato Comum de Relato, as Partes no Anexo I devem fornecer informações adicionais (dados de atividade e

fatores de emissão) usadas para fazer essas estimativas no Relatório do Inventário Nacional.

Agricultura

Transversalidade

As Partes no Anexo I devem fornecer dados da população pecuária na tabela 4.A. do Formato Comum de Relato. Qualquer outra desagregação desses dados, por exemplo, por regiões, por tipo (de acordo com a classificação recomendada na Orientação de Boas Práticas do IPCC), pode ser fornecida no Relatório do Inventário Nacional, quando pertinente. Dados consistentes da população pecuária devem ser usados nas tabelas pertinentes do Formato Comum de Relato para estimar as emissões de CH₄ da fermentação entérica, as emissões de CH₄ e N₂O do manejo de esterco, as emissões de N₂O dos solos e as emissões de N₂O associadas com a produção e o uso de esterco, bem como as emissões do uso de esterco como combustível e as emissões relacionadas com o esgoto relatadas no setor de resíduos.

Fermentação entérica

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 4.A do Formato Comum de Relato podem ser apresentadas, por exemplo, parâmetros pertinentes à aplicação da Orientação de Boas Práticas.

Manejo de esterco

Informações mais específicas do que as solicitadas nas tabelas 4.B(a) e 4.B(b) do Formato Comum de Relato podem ser apresentadas, por exemplo, parâmetros pertinentes à aplicação da Orientação de Boas Práticas; informações solicitadas na tabela de informações adicionais podem não ser diretamente aplicáveis aos métodos específicos do país desenvolvidos para os cálculos do Fator de Conversão do Metano (FCM). Se dados pertinentes não puderem ser fornecidos no quadro de informações adicionais, informações sobre como o FCM é derivado devem ser apresentadas no Relatório do Inventário Nacional.

Cultivo de arroz

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 4.C do Formato Comum de Relato podem ser apresentadas. Por exemplo, quando for feita uma desagregação por mais de uma região dentro do país e/ou por estação de cultivo, forneça informações adicionais sobre desagregação e dados relacionados no Relatório do Inventário Nacional. Quando disponível, forneça dados de atividade e fatores de escala por tipo de solo e cultivar de arroz no Relatório do Inventário Nacional.

Solos agrícolas

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 4.D do Formato Comum de Relato podem ser apresentadas. Por exemplo,

- As Diretrizes do IPCC não fornecem metodologias para o cálculo das emissões ou remoções de CH₄ dos solos agrícolas. Se estiverem relatando esses dados, as Partes no Anexo I devem fornecer no Relatório do Inventário Nacional informações adicionais (dados de atividade e fatores de emissão) usadas para fazer essas estimativas;

- As Partes no Anexo I que escolherem contabilizar as emissões e remoções de CO₂ dos solos agrícolas no setor de agricultura (4.D Solos agrícolas) devem relatar as informações de base sobre as estimativas de emissões e remoções de CO₂ dos solos agrícolas (dados de atividade, fatores de emissão) no Relatório do Inventário Nacional;
- Além dos dados solicitados no quadro de informações adicionais da tabela 4.D, valores desagregados para Frac_{GRAZ} [fração de nitrogênio excretada pelo gado e depositada no solo durante a pastagem], de acordo com o tipo de animal, e para Frac_{BURN} [fração dos resíduos da colheita que é queimada em vez de ser deixada no campo], de acordo com os tipos de cultura, devem ser fornecidos no Relatório do Inventário Nacional.

Queima prescrita de savana e queima de resíduos agrícolas no campo

Informações mais específicas do que as solicitadas nas tabelas 4.E e 4.F do Formato Comum de Relato podem ser apresentadas. Por exemplo, as Diretrizes do IPCC não fornecem metodologias para o cálculo das emissões de CO₂ da queima de savana ou resíduos agrícolas. Se estiverem relatando esses dados, as Partes no Anexo I devem fornecer, no Relatório do Inventário Nacional, as informações adicionais (dados de atividade e fatores de emissão) usadas para fazer essas estimativas.

Resíduos

Disposição de resíduos sólidos e incineração de resíduos

Informações mais específicas do que as solicitadas nas tabelas 6.A e 6.C do Formato Comum de Relato podem ser apresentadas, por exemplo:

- Todas as informações pertinentes usadas no cálculo devem ser fornecidas no Relatório do Inventário Nacional, caso já não tenham sido incluídas no quadro de informações adicionais do Formato Comum de Relato
- Composição dos resíduos de aterros sanitários (%): papel e papelão, resíduos alimentares e de jardinagem, plásticos, vidros, têxteis, outros (especifique se são resíduos inertes ou orgânicos, respectivamente)
- Fração reciclada dos resíduos
- Fração incinerada dos resíduos
- Número de locais de disposição de resíduos sólidos que recuperam CH₄

Tratamento de resíduos líquidos

Informações mais específicas do que as solicitadas na tabela 6.B do Formato Comum de Relato podem ser apresentadas. Por exemplo, com relação aos dados sobre N₂O do tratamento de resíduos líquidos a serem relatados na tabela 6.B do Formato Comum de Relato, as Partes no Anexo I que estiverem usando outros métodos para estimar as emissões de N₂O do tratamento de dejetos humanos ou resíduos líquidos devem apresentar, no Relatório do Inventário Nacional, informações correspondentes sobre os métodos, dados de atividade e fatores de emissão usados.

Anexo II

FORMATO COMUM DE RELATO¹

Notas sobre o Formato Comum de Relato

1. O Formato Comum de Relato é parte integrante da apresentação do inventário nacional. Visa assegurar que as Partes no Anexo I relatem dados quantitativos em um formato padronizado e facilitar a comparação de dados de inventário entre as Partes no Anexo I. Detalhes acerca de qualquer informação de caráter não-quantitativo devem ser fornecidos no Relatório do Inventário Nacional.
2. As informações fornecidas no Formato Comum de Relato objetivam aumentar a comparabilidade e a transparência dos inventários, facilitando, *inter alia*, comparações dos dados de atividade e fatores de emissão implícitos entre as Partes no Anexo I e a fácil identificação de possíveis erros, falhas de compreensão e omissões nos inventários.
3. Como afirmado nestas diretrizes de relato, o Formato Comum de Relato é composto do relatório síntese e das tabelas do relatório setorial das Diretrizes Revisadas de 1996 do IPCC para Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa (Diretrizes do IPCC), além de tabelas de dados setoriais de referência desenvolvidas recentemente e outras tabelas que estão de acordo com as Diretrizes do IPCC e a Orientação de Boas Práticas do IPCC.
4. Algumas tabelas setoriais de referência requerem o cálculo dos fatores de emissão implícitos. São razões “*top-down*” entre a estimativa de emissões da Parte no Anexo I e os dados de atividade agregados. Os fatores de emissão implícitos são utilizados apenas para fins de comparação. Não serão necessariamente os fatores de emissão utilizados de fato na estimativa original das emissões, a menos, é claro, que tenham sido uma multiplicação simples com base nos mesmos dados de atividade agregados usados para calcular o fator de emissão implícito.
5. De forma consistente com as Diretrizes do IPCC, os itens de registro, tais como as estimativas de emissões dos combustíveis dos transportes aéreo e marítimo internacionais, as emissões de CO₂ da biomassa e as emissões das operações multilaterais, devem ser relatados nas tabelas adequadas, mas não incorporados aos totais nacionais.
6. As Partes no Anexo I devem usar os quadros de documentação no rodapé das tabelas para fornecer referências específicas às seções pertinentes do Relatório do Inventário Nacional quando detalhes completos para um determinado setor/categoria de fonte tiverem de ser fornecidos.

¹ O documento FCCC/SBSTA/2002/L.5/Add.2, que contém as diretrizes da CQNUMC para o relato dos inventários anuais, apresenta, nas páginas 23 a 27, uma seção descritiva das mudanças acordadas nas tabelas do Formato Comum de Relato. As tabelas completas foram publicadas separadamente no documento FCCC/WEB/SBSTA/2002/1 antes da oitava sessão da Conferência das Partes. Como as tabelas completas do Formato Comum de Relato com as mudanças estão contidas neste documento (a partir da página 25), a seção descritiva foi suprimida desta versão final.

7. As Partes no Anexo I devem preencher todas as células que se destinam às estimativas de emissões ou remoções, dados de atividade ou fatores de emissão. Os códigos descritos no parágrafo 28 das diretrizes de relato devem ser usados quando não forem apresentados dados.

8. Nas tabelas setoriais de referência, abaixo da categoria de fonte “Outros”, uma coluna vazia indica que categorias de fonte específicas do país podem ser acrescentadas. Essas categorias de fonte serão automaticamente informadas nas tabelas do relatório setorial.

9. As Partes no Anexo I devem preencher os dados nos quadros de informações adicionais. Quando as informações requeridas forem inadequadas por causa do nível metodológico utilizado pela Parte no Anexo I, as células correspondentes devem ser preenchidas com o código “NA”.

10. A tabela 5 (relatório setorial de mudança no uso da terra e florestas) deve ser preenchida pelas Partes no Anexo I. As tabelas setoriais de referência 5.A-D seguem as Diretrizes do IPCC e devem ser preenchidas pelas Partes no Anexo I que utilizarem os métodos *default* do IPCC. As Partes no Anexo I que não utilizarem os métodos *default* do IPCC são incentivadas a fornecer dados de referência e descrições das metodologias usadas para estimar as emissões/remoções do setor de mudança no uso da terra e florestas no Relatório do Inventário Nacional para aumentar a transparência. Formatos alternativos das tabelas 5.A-D serão considerados após o IPCC ter desenvolvido a Orientação de Boas Práticas no Setor de Mudança no Uso da Terra e Florestas.

11. Nem a ordem nem os códigos das colunas, linhas ou células devem ser mudados nas tabelas, uma vez que isso complicará a compilação dos dados. Quaisquer acréscimos à desagregação existente das categorias de fontes e sumidouros devem ser apresentados em “Outros”, se for o caso.

12. Para simplificar a disposição das tabelas e indicar claramente os requisitos de relato específicos para cada tabela, apenas as células que precisam ser preenchidas pelas Partes no Anexo I foram deixadas em branco. Um sombreamento claro nas células indica que elas devem ser preenchidas por um software a ser fornecido pelo Secretariado. Contudo, as Partes no Anexo I que escolherem não utilizar um software para preencher o Formato Comum de Relato têm de preencher essas células também.

13. Como no Formato Comum de Relato atual, o sombreamento escuro foi usado nas células que não precisam conter nenhuma informação.